



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Governo perde cerca de 50 Milhões de meticais por ano em Impostos da Exploração de Ouro e Calcário na província de Sofala



Título: Governo perde cerca de 50 Milhões de meticais por ano em Impostos da Exploração de Ouro e Calcário na província de Sofala

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate

Revisão de pares: Edson Cortez, Borges Nhamirre

Propriedade: CIP

Revisão linguística: Samuel Monjane

Maputo, 2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Governo perde cerca de 50 Milhões de meticais por ano em Impostos da Exploração de Ouro e Calcário na província de Sofala

Maputo, Julho de 2024

Índice

Sumário Executivo.....	5
1. Introdução.....	6
1.1 Objectivos.....	7
1.2 Metodologia.....	7
1.3 Limitações.....	7
2. Desafios na Fiscalização e Tributação da Mineração de Ouro em Gorongosa.....	8
2.1 Falta transparência e precisão nos dados de Produção de Ouro em Gorongosa.....	8
2.2 Empresa Irmãos Minerais e AMAG não canaliza contribuições justas para os cofres públicos.....	9
2.2.1 Caso da Empresa Irmãos Minerais Lda.....	9
2.2.2 Caso da Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG).....	11
2.2.3 Lacunas na Responsabilidade Social.....	12
2.3 Fiscalização Deficiente na Exploração de Ouro em Tsiquiri 2 levanta dúvidas sobre a capacidade do Governo em proteger os recursos naturais e as comunidades locais.....	13
3. Exploração de Calcário em Chibabava.....	15
3.1 Comunidade Denuncia Promessas Falsas e Apatia do Governo na Resolução dos seus Problemas.....	16
3.2 Despedimentos sem Justa causa.....	17
4. 72 anos de exploração de calcário em Muanza sem benefícios tangíveis para a comunidade hospedeira.....	18
4.1 Estado perde mais de 24 milhões de MT só em imposto sobre a produção mineira da Cimentos de Moçambique em Muanza.....	18
4.2 Comunidades sem benefícios tangíveis da exploração do calcário.....	20
5. Conclusão.....	22
5.1 Recomendações.....	22
6. Referências.....	23

Sumário Executivo

Há pelo menos três empresas e uma associação que exploram recursos minerais nos distritos de Chibabava, Gorongosa e Muanza. Trata-se da Clay Gravel Mining Limitada, que explora calcário em Chibabava, da Irmãos Minerais Lda. e da Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG), que exploram ouro em Gorongosa e da Cimentos de Moçambique que se dedica à exploração de calcário em Muanza. Em todos esses distritos há relatos de práticas que vão desde exploração ilegal, falta de transparência nos dados de produção, fiscalização deficiente, não canalização adequada de impostos para as comunidades locais, promessas não cumpridas, suspeitas de corrupção, altos preços dos produtos relacionados à mineração e impactos ambientais significativos, envolvendo as referidas empresas, o que coloca em causa o desenvolvimento das comunidades hospedeiras.

Apenas com o Imposto sobre a produção mineira de ouro e calcário das três entidades mencionadas, estima-se que o Estado tenha perdido cerca de 50 milhões de meticaís, em 2023, devido à falta de cobrança adequada. Essas perdas têm impactos significativos nas transferências destinadas às comunidades, que ficaram privadas de aproximadamente 1,4 milhões de meticaís. Este cenário exige uma acção imediata para garantir uma gestão fiscal eficiente e justa.

Em Gorongosa, a mineração de ouro pelas empresas Irmãos Minerais Lda. e Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG) enfrenta desafios como a falta de transparência nos dados de produção de ouro, fiscalização deficiente na exploração e contribuições inadequadas para os cofres públicos. As perdas são estimadas em cerca de 352 mil MT. Essas questões comprometem a governação eficaz e equitativa do sector mineral na região.

Em Chibabava, a exploração de calcário pela empresa Clay Gravel Mining Limitada está associada a possíveis práticas de exploração ilegal, falta de transparência nos dados de produção e impostos pagos, além do não cumprimento de promessas feitas à comunidade e suspeitas de corrupção. Esses problemas, para além de levantarem sérias preocupações quanto à integridade das operações e ao impacto negativo nas comunidades locais, criaram um prejuízo de cerca de 25,7 milhões de MT em impostos para o Estado.

Em Muanza, a exploração de calcário pela Cimentos de Moçambique está relacionada à falta de canalização de cerca de 24,1 milhões de MT, falta de canalização dos 2,75% do imposto de produção para as comunidades locais, ausência de infra-estrutura básica, altos preços do cimento e impactos ambientais significativos. Essas condições geram críticas e preocupações sobre a responsabilidade social corporativa e sobre o desenvolvimento sustentável na área.

Este relatório baseia-se em pesquisa de campo realizada em Chibabava, Gorongosa e Muanza, entre Janeiro e Maio de 2024, complementada por revisão de literatura relevante. Foram entrevistadas 23 pessoas, entre membros das comunidades locais, trabalhadores, autoridades governamentais e representantes das empresas. Além disso, foram analisados documentos oficiais e observadas directamente as áreas de exploração para compreender as práticas de mineração e os seus impactos.

Para superar esses desafios e promover uma gestão mais transparente, eficiente e equitativa, é proposto, de forma geral, o fortalecimento da fiscalização e da transparência de dados em todas as actividades de exploração mineira e a promoção do diálogo e cooperação entre as empresas, governo local, autoridades regulatórias e comunidades afectada

Introdução

Este relatório aborda criticamente os desafios enfrentados pela indústria de mineração na província de Sofala, especificamente em três distritos, nas operações de ouro em Gorongosa, calcário em Chibabava e calcário em Muanza. Cada uma dessas áreas enfrenta problemas distintos mas que têm em comum os impactos negativos na geração de receitas fiscais, na sustentabilidade ambiental, no desenvolvimento socioeconómico e na relação entre empresas, governo e comunidades locais.

Em Gorongosa, uma das principais preocupações é a falta de transparência e precisão nos dados relacionados à produção de ouro. Por exemplo, os dados mostram que a empresa Irmãos Minerais Lda. e a Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG) pagaram menos de 61% do imposto de produção, comparativamente ao preço de referência do Banco de Moçambique, e menos de 55% em relação ao preço do mercado internacional. Essas discrepâncias indicam uma significativa sub-declaração da produção e subtributação, resultando em perdas substanciais de receitas para o Estado. Além disso, a fiscalização deficiente pelo Governo abre espaço para práticas como a exploração ilegal e subdeclaração de produção¹, agravando ainda mais a imprecisão dos dados e prejudicando a capacidade do Estado de receber as contribuições fiscais adequadas das empresas de mineração de ouro em Gorongosa.

Em Chibabava, a exploração de calcário pela Clay Gravel Mining Limitada levanta preocupações sobre a falta de transparência e *compliance* legal por parte da empresa. A suspeita de transporte ilegal de gesso para o Zimbábue, sem licença, combinada com a aparente discrepância entre as informações fornecidas à comunidade e à administração local, levantam sérias questões sobre a legalidade e a responsabilidade da empresa perante a comunidade e o Estado. Ao examinar os números associados à produção de calcário em Chibabava, verifica-se uma possível subestimação do valor da produção e, por conseguinte, dos impostos pagos ao Estado. Esta subestimação pode resultar em perdas significativas de receitas para o Estado e, conseqüentemente, para as comunidades locais, afectando negativamente o desenvolvimento económico e social da região.

Por fim, em Muanza, a exploração de calcário pela Cimentos de Moçambique, uma empresa com história de 72 anos de operações em Moçambique e 20 anos em Muanza, deveria representar um catalisador para o desenvolvimento económico e social da comunidade hospedeira. No entanto, essa longa história de exploração não se traduziu em benefícios tangíveis para as pessoas locais. A magnitude dos números associados à produção de calcário em Muanza é impressionante, uma reserva estimada em aproximadamente 37 milhões de toneladas, com uma produção anual que ultrapassou as 64 mil toneladas em 2022.

No entanto, apesar da produção considerada impressionante, as comunidades locais não beneficiam da exploração desses recursos. Por exemplo, a empresa Cimentos de Moçambique enfrenta críticas devido à falta de retorno tangível para as comunidades locais, incluindo a não canalização dos 2,75% do imposto de produção por parte do Governo. Além disso, a ausência de infra-estrutura básica, altos preços do cimento localmente, impactos ambientais negativos e dificuldades de emprego agravam os desafios enfrentados pelas comunidades locais.

Esses cenários evidenciam a necessidade de uma gestão mais transparente, eficiente e equitativa dos recursos naturais e das relações comunitárias nas operações de mineração em Sofala, em particular, e Moçambique, em geral. Medidas concretas devem ser adoptadas para garantir a conformidade com as leis e regulamentos, promover a transparência nas operações das empresas e garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo nessas regiões afectadas pela exploração mineral.

¹ Hubert, D. (2017). *Muitas Maneiras de Perder um Bilhão - Como os Governos Não Conseguem Garantir uma Partilha Justa dos Recursos Naturais*. Versão Portuguesa suportado pelo CIP parceiro de PWYP em Moçambique. Disponível no site: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/05/31/muitas-maneiras-de-perder-um-bilhao/>. Acesso dia 02/04/2024

1.1 Objectivos

O objectivo geral deste estudo é de analisar criticamente a exploração de recursos naturais na província de Sofala, nos distritos de Chibabava, Gorongosa e Muanza. Especificamente o relatório visa:

1. Investigar a governação e a transparência das actividades de exploração desenvolvidas nos distritos em estudo;
2. Avaliar as contribuições financeiras das empresas que exploram os recursos naturais;
3. Identificar possíveis discrepâncias e perdas de receitas para o Estado;
4. Identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades locais, trabalhadores e autoridades governamentais bem como avaliar os impactos socioeconómicos e ambientais dessas actividades de exploração.

1.2 Metodologia

Este relatório é resultado de pesquisa de campo realizada nas regiões de Chibabava, Gorongosa e Muanza, distritos da província de Sofala, em Moçambique, entre Janeiro a Maio de 2024. É complementada pela revisão de literatura da área. A escolha destes distritos resultou de um pedido dos membros da Assembleia Provincial de Sofala que, no âmbito de uma formação sobre legislação do sector extractivo e direitos das comunidades abrangidas, indicaram que havia indícios de violações dos direitos das comunidades nesses locais e pediram ao Centro de Integridade Pública que averiguasse o assunto.

Para o efeito desta pesquisa foram entrevistados 23 pessoas, dentre as quais membros das comunidades locais, trabalhadores, autoridades governamentais e representantes das empresas envolvidas na exploração de recursos naturais nas áreas mencionadas. As entrevistas conduzidas foram do tipo estruturadas, com perguntas específicas sobre as condições de trabalho, benefícios para as comunidades, impactos ambientais, contratos de trabalho, responsabilidade social das empresas e colaboração com as autoridades governamentais.

Além disso, foram analisados documentos oficiais, relatórios de actividades das empresas, informações fiscais, contratos de trabalho e outros documentos relevantes para compreender o contexto e as práticas relacionadas à exploração de recursos naturais. A equipa de pesquisa visitou as áreas de exploração de calcário em Chibabava, as zonas de extração ilegal de ouro em Gorongosa e as operações de mineração de calcário em Muanza para observar directamente as condições de trabalho, infra-estrutura e impactos ambientais.

Realizou-se uma revisão da literatura existente sobre mineração, direitos dos trabalhadores, responsabilidade social corporativa e impactos ambientais para fundamentar as conclusões e as recomendações apresentadas neste relatório.

1.3 Limitações

Apesar dos esforços empreendidos para garantir a precisão e a abrangência dos dados, devem ser consideradas algumas limitações ao interpretar e utilizar as informações apresentadas neste relatório, visando dar uma compreensão mais abrangente e precisa do cenário de exploração de recursos naturais nessas regiões.

Não foram totalmente disponibilizadas algumas informações, como são os casos de dados de produção, preços, pelas partes envolvidas, limitando a compreensão completa de certos aspectos das operações e impactos das empresas. A falta de documentação oficial, como relatórios de avaliação ambiental, antes do início da exploração, intermédios e após o início da exploração, ou registos financeiros detalhados das empresas, têm impacto na profundidade da análise, em algumas áreas.

As condições de acesso às áreas de mineração e às partes envolvidas dificultaram a obtenção de informações em primeira mão e a realização de entrevistas a mais partes interessadas ou o alargamento da amostra.

As condições e o contexto das operações de mineração podem mudar ao longo do tempo. Deste modo, informações mais recentes poderão ser diferentes das contidas neste relatório. Portanto, a interpretação dos dados pode ser subjectiva em alguns casos. No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessas possíveis variações, as conclusões e as recomendações permanecem válidas e relevantes com base nas informações coletadas.

2. Desafios na Fiscalização e Tributação da Mineração de Ouro em Gorongosa

A mineração de ouro, por parte das empresas Irmãos Minerais Lda. e Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG), em Gorongosa, enfrenta problemas significativos. Esses problemas estão relacionados à falta de transparência, fiscalização deficiente e contribuições inadequadas para os cofres públicos. A falta de dados precisos sobre a produção de ouro, a possível exploração ilegal, os impostos pagos em relação à produção real e as questões de responsabilidade social levantam sérias preocupações sobre a sustentabilidade e a equidade do sector de mineração nesta região.

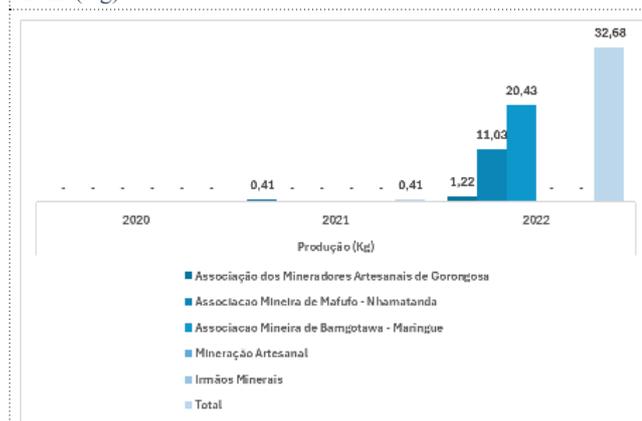
2.1 Falta transparência e precisão nos dados de Produção de Ouro em Gorongosa

Embora existam muitos pedidos de concessões mineiras pendentes, a única empresa operacional em Gorongosa é a Irmãos Minerais, Lda., com uma área de cerca de 2.800 hectares². Segundo Rentala & Ali (2021), a Irmãos Minerais, Lda., fundada pelo falecido ministro do Interior, Manuel António, teve a sua legalização em menos de 10 dias, em contraste com a burocracia de décadas para legalizar a Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG).

Em termos legais, segundo consta do Boletim da República, III SÉRIE — Número 159 de 12 de Outubro de 2017, a Associação de Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG) está legalmente constituída. Mas, segundo o apurado no trabalho de campo, ainda não tem a licença para operar na mineração de ouro que deve ser atribuída pelas entidades competentes de gestão de recursos naturais em Moçambique.

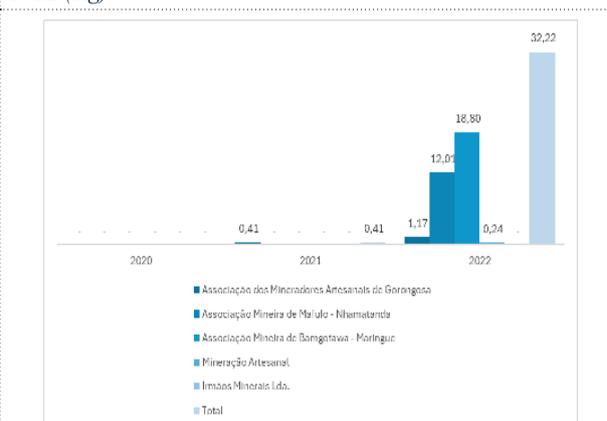
De acordo com os dados disponíveis na página *web* do Instituto Nacional de Minas (INAMI), referentes à produção de ouro na província de Sofala entre os anos de 2020 e 2022, várias entidades estiveram envolvidas no processo de produção. A Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa registou uma produção de 1,63 kg, a Associação Mineira de Mafufo - Nhamatanda produziu 11,03 kg, e a Associação Mineira de Bamgotawa - Maringue alcançou uma produção de 20,43 kg. Notavelmente, não há dados de produção reportados para a Mineração Artesanal e para a empresa Irmãos Minerais que opera em Gorongosa. Apenas consta, dos dados, uma venda da Mineração Artesanal em 2022, de 0,24 kg (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Produção de Ouro na Província de Sofala entre 2020-2022 (Kg)



Fonte: Produzido com base nos dados do INAMI

Gráfico 2: Venda de Ouro na Província de Sofala entre 2020-2022 (Kg)



Fonte: Produzido com base nos dados do INAMI

É notável que as associações de mineradores artesanais registam produções consideráveis de ouro, o que sugere uma actividade significativa durante o período mencionado, em Sofala. Os dados apresentados revelam várias questões importantes, relacionadas à produção de ouro em Gorongosa e à transparência dessas informações. É preocupante a falta de dados de produção para a mineração artesanal e para a empresa Irmãos Minerais Lda., que também operam na região. O facto levanta questionamentos sobre a precisão e a integridade dos registos disponíveis, especialmente considerando a significativa produção de ouro das associações de mineradores artesanais.

2 Rentala, J. & Ali, T (2021). *Policy Brief - Mineração artesanal de ouro: De operações clandestinas a uma contribuição para o desenvolvimento local*. Disponível no site: <https://www.peacemakersnetwork.org/wp-content/uploads/2022/08/artisanal-gold-mining-policy-brief-portuguese-vers.pdf>. Acesso 02/04/2024

Além disso, a rapidez com que a empresa Irmãos Minerais obteve a sua legalização, em comparação com a burocracia enfrentada por outras entidades, sugere possíveis disparidades no processo regulatório, o que pode afectar a equidade e a transparência no sector de mineração em Gorongosa.

Outro ponto crítico é a discrepância entre a produção relatada pela mineração artesanal e a quantidade vendida em 2022. Essa disparidade pode indicar inconsistências nos registros ou na condução das actividades de comercialização, levantando preocupações sobre a veracidade dos dados reportados e a possível existência de actividades não documentadas ou ilegais.

2.2 Empresa Irmãos Minerais e AMAG não canaliza contribuições justas para os cofres públicos

Governos de países ricos em petróleo, gás e minerais, muitas vezes, não conseguem garantir para os países hospedeiros uma porção justa da sua riqueza em recursos naturais. Isso é facilitado por instituições fracas, políticas e regulamentos inadequados, contratos mal negociados e monitoria e auditoria insuficientes por parte do governo. Este parece ser o caso da exploração de ouro em Gorongosa pela empresa Irmãos Minerais e pela AMAG.

Dados de preços de vendas, obtidos durante a pesquisa, indicam que a compra de uma grama de ouro junto às comunidades e mineradores artesanais (garimpeiros) chega a ser de 3 mil MT e a revenda ascende ao preço de 5 a 6 mil MT, o que resulta em um lucro de cerca de 100% em relação à compra junto aos mineradores artesanais.

2.2.1 Caso da Empresa Irmãos Minerais Lda

O Serviço Provincial de Infra-estruturas (SPI) de Sofala indicou que, em 2023, a empresa Irmãos Minerais Lda. canalizou 44.730,00MT de Imposto Sobre a Produção Mineira (IPM) referente a uma produção (Q) de 497gramas (g). Estes dados possibilitam deduzir que o valor de produção (VPM), em 2023, foi de 894.600,00MT e o preço (P) usado para o cálculo do valor da produção foi de 1.800,00MT por grama. Importa referir que o IPM é calculado com base na aplicação da taxa de 5% sobre o VPM para metais preciosos (ouro, prata, platina).

No terreno observou-se, que no fim do mês, a empresa Irmãos Minerais Lda. declara como impostos para o Estado valores não superiores a 3 mil MT, de acordo com os comprovativos a que a equipa de pesquisa teve acesso do representante da empresa em Gorongosa. Ver imagem abaixo:

Figura 1: cópia de um recibo de pagamento de impostos de produção empresa Irmãos Minerais Lda. referente a 3 meses

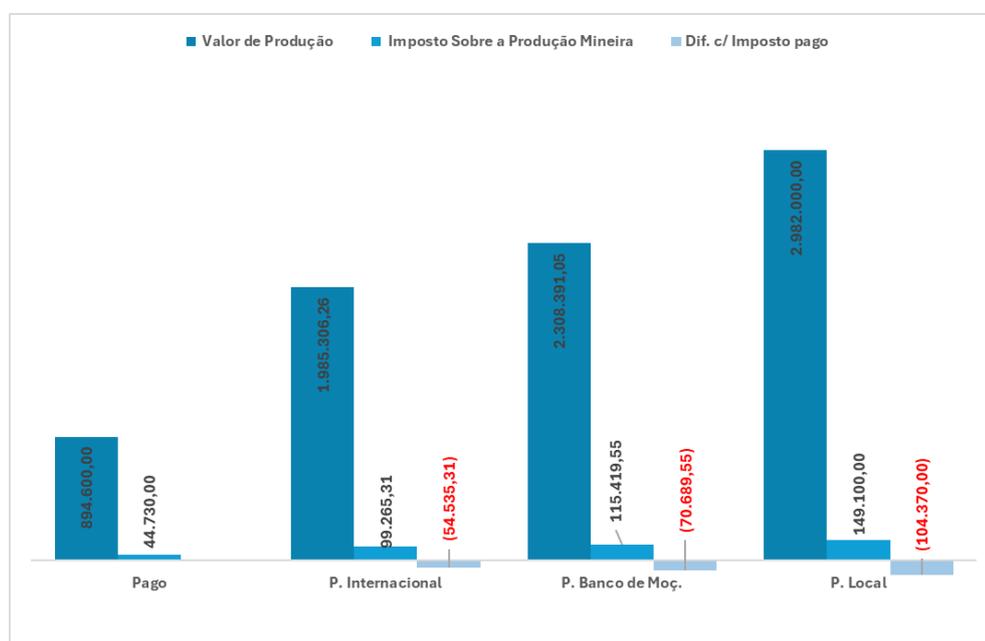
Series - F
REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE SOFALA
SENE PROV. INFRAESTRUTURA
Recibo 002123
A Quanta de 8.034,00 MT
Recebido de Irmãos Minerais Lda - 24/7/2023
Mórador em Gorongosa Av. 400 627/24
A Quanta de oito mil e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos
Proveniente de pagamentos de Agosto a Novembro de 2023
SOMA 8.034,00 MT
Pagos 14 de 14 de 2023
O Execução

O preço médio do ouro no mercado internacional, em 2023, foi de 3.994,58MT/g (1.943 USD/toz) e o de referência do Banco de Moçambique foi de 4.644,65MT/g (USD 2.063,15/oz).

Estes dados permitem apresentar um exemplo de como o Estado pode estar a ser lesado pela empresa Irmãos Minerais Lda. e por outros agentes detentores de concessões mineiras, devido à incapacidade de fiscalização e a falta de transparência pelo Governo. O gráfico 3 mostra os diferentes níveis de quantificação do valor da produção considerando o preço usado pela empresa, preço de referência do mercado internacional de *commodities* e do Banco de Moçambique

Os dados mostram que a empresa pagou menos 70.689,55MT, correspondente a menos 61% de Imposto de produção, comparativamente ao preço do Banco de Moçambique e menos 54.535,31MT, correspondente a menos 55% comparativamente ao preço do mercado internacional. Comparativamente ao preço apurado no terreno, a diferença é de menos 104.370,00MT, correspondente a menos 70%. Essas variações mostram o quanto o Estado é lesado pelo facto de as empresas não pagarem os devidos se fossem usados preços de referência, conforme o que estabelece o Diploma Ministerial nº 91/2023, de 16 de Junho, que aprova o Regulamento de Preço de Referência para efeitos de determinação do valor do produto mineiro.

Gráfico 3: Imposto de produção pago de acordo com o preço de valorização da produção usado



Fonte: construído com base em dados do SPI, Banco de Moçambique e Banco Mundial

A implicação para os cofres públicos é que, uma vez que a empresa está a usar um preço significativamente mais baixo, vai resultar em menos receita para o Estado, pois o imposto de produção é calculado com base no preço de ouro não realístico e consequentemente, impacta negativamente nas transferências dos 2,75% para as comunidades.

Dados retirados do *site* do regulador do sector, neste caso o Instituto Nacional de Minas (INAMI), mostram que a empresa Irmãos Minerais Lda. não está a produzir ou a sua produção não é captada pelas instituições do sector. Considerando esta situação, emergem preocupações mais graves sobre a razoabilidade dos pagamentos feitos pela empresa aos cofres do Estado e problemas de coordenação entre o SPI e o INAMI.

Caixa 1: Cálculo do valor da produção, segundo os preços do mercado internacional e do Banco de Moçambique

1. Cálculo do valor de produção (VPM) em 2023 usado para o cálculo do valor da produção fornecido pelo Serviço Provincial de Infra-estruturas (SPI):

$$VPM = \frac{IPM}{5\%} = \frac{44.730,00}{5\%} = 894.600,00MT ; P = \frac{VPM}{Q} = \frac{894.600}{497} = 1.800,00MT/g$$

2. Conversão das unidades de medida para a mesma base

Ao comparar os preços expressos em diferentes unidades de medida, como gramas (g), onças troy (toz) e onças avoirdupois (oz), é importante fazer as conversões necessárias para garantir uma comparação precisa. Com base nos dados acima apresentados fez-se essa conversão¹:

Preço Médio Internacional em USD/toz, converter para MT/grama:

$$MT/g = \frac{\text{Preço USD/toz}}{\text{taxa de conversão}} \times \text{taxa de câmbio} = \frac{1.943}{31,1035} \times 63,9 = 3.994,58MT/g$$

Preço do Banco de Moçambique em USD/oz, converter para MT/grama:

$$MT/g = \frac{\text{Preço USD/oz}}{\text{taxa de conversão}} \times \text{taxa de cambio} = \frac{2.063,15}{28,3495} \times 63,9 = 4.644,65MT/g$$

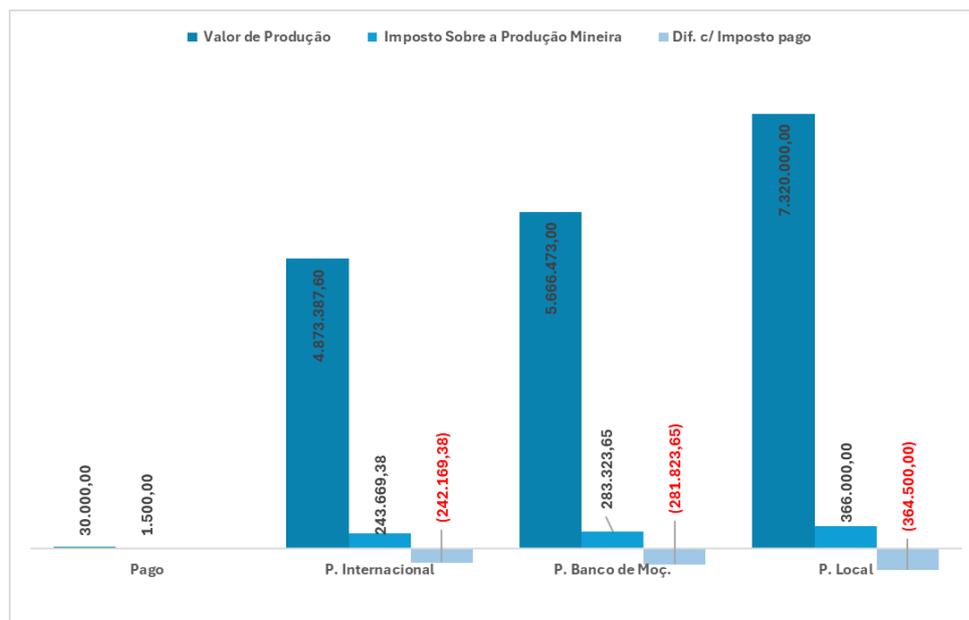
Portanto, as conversões resultam em um preço médio internacional de aproximadamente 3.994,58 MT/grama e um preço do Banco de Moçambique de aproximadamente 4.644,65 MT/grama.

2.2.2 Caso da Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa (AMAG)

O Serviço Provincial de Infra-estruturas (SPI) de Sofala indicou que a AMAG paga um imposto anual de mil e quinhentos meticais (1.500,00MT). A produção da AMAG varia entre 10 a 15 gramas de ouro por ano. Dados retirados do site do INAMI mostram que a empresa produziu em 2023 cerca de 1,22Kg (1220g).

Se considerarmos a produção de 2023, referente aos dados de produção do site do INAMI e os diferentes preços, nomeadamente o calculado com base no imposto pago pela AMAG, apurado no local, o internacional e o do Banco de Moçambique, podemos observar que esta associação pagou, em 2023, praticamente nada, comparativamente ao que deveria ter pago, tendo em conta os diferentes preços de referência praticados. Ver gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4: Imposto de produção pago de acordo com o preço de valorização da produção usado



Fonte: construído com base em dados do SPI, Banco de Moçambique e Banco Mundial

Estes dados mostram a profundidade das perdas do Estado, em termos de impostos, na exploração de ouro pela AMAG.

A falta de transparência e de eficácia na fiscalização e tributação da indústria de mineração, observada para o caso da empresa Irmãos Minerais Lda. e AMAG em Gorongosa, representa um desafio significativo para Moçambique. Instituições frágeis, políticas inadequadas e regulamentos mal negociados permitiram que as empresas explorem recursos preciosos sem contribuir de forma justa para os cofres do Estado. Esta situação conforme apresentado acima, resultou em perdas substanciais de receita para o Governo, minando as suas capacidades de investir em serviços públicos e no desenvolvimento socioeconómico.

Para enfrentar este desafio complexo, é crucial fortalecer o INAMI e fiscalizadoras responsáveis pela supervisão da indústria de mineração. Isso inclui a implementação de auditorias rigorosas, para verificar a conformidade das empresas com as obrigações fiscais, e a promoção da transparência nas operações e contribuições fiscais das empresas. Além disso, é fundamental investir em capacitação e treinamento dos funcionários envolvidos na fiscalização para garantir uma abordagem eficiente e proactiva na protecção dos interesses do Estado e das comunidades locais.

2.2.3 Lacunas na Responsabilidade Social

Além das questões fiscais mencionadas, as comunidades de Tsiquiri 2 expressam a sua insatisfação em relação à empresa Irmãos Minerais, desde o início de suas operações em 2004. Segundo os entrevistados, a única iniciativa de responsabilidade social observada foi a construção de uma fonte de água. E, desde então, não houve outras intervenções significativas. Em entrevista, o representante da empresa Irmãos Minerais Lda., Adão Quembo, destacou a criação de postos de trabalho para jovens locais, principalmente na área de segurança, além da referida fonte de água.

Os moradores de Tsiquiri 2, entrevistados, também destacaram a falta de comunicação, por parte do Governo, sobre as actividades da empresa. Enfatizaram que as oportunidades de emprego não são suficientemente abrangentes e muitas vezes envolvem favorecimentos injustos. Frisaram, ainda, que a questão de emprego não deve ser considerada como responsabilidade social da empresa. Durante a pesquisa, constatou-se que a infra-estrutura utilizada pela empresa para acesso às minas está em condições deploráveis, dificultando as suas próprias operações.

Adicionalmente, observou-se que a empresa permitiu que as comunidades realizem garimpo em suas áreas, vendendo-lhes o ouro extraído de volta. Uma fonte anónima mencionou que essa prática parece ser uma estratégia da empresa para evitar críticas da população, permitindo o garimpo em áreas já exploradas pela empresa.

Baseados na prática da empresa Irmãos Minerais Lda. permitir a realização do garimpo na sua área concessionada pelas comunidades para posterior venda a si mesma, a equipa de pesquisa suspeita que esta pode ser uma estratégia de interesse próprio para reduzir os riscos da empresa decorrentes da contratação de pessoas, por exemplo, evitando pagar contribuições para a segurança social, seguro-desemprego, aviso prévio, em caso de demissão de trabalhadores, etc. Tal estratégia poderia ser financeiramente benéfica, especialmente em termos de flutuações de mercado.

2.3 Fiscalização Deficiente na Exploração de Ouro em Tsiquiri 2 levanta dúvidas sobre a capacidade do Governo em proteger os recursos naturais e as comunidades locais

A população da zona de Tsiquiri 2, no regulado de Tambara, no distrito de Gorongosa, acusa a Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa de estar a extrair ouro mesmo sem estar legalizada para tal. Essa acção, segundo relatos da população, tem impactado negativamente a comunidade, que não vê benefícios. Apenas suporta as externalidades negativas da actividade.

Os membros da comunidade, entrevistados no âmbito da pesquisa, afirmaram que apesar de o Governo ter interdito a AMAG de exercer actividades de extração de ouro, pelo facto não estar legalizada, esta deu continuidade a operação. Aliás, os dados do INAMI, apresentados acima, confirmam as actividades da AMAG. De acordo com os entrevistados, a AMAG tem feito negócio com os garimpeiros que extraem ouro. Estes usam a associação que vende e ganha dez por cento da venda.

Os entrevistados mostraram descontentamento com a situação alegando que quando eles tentam extrair o ouro são proibidos pela associação. Veem os recursos abundantes da sua comunidade a serem explorados sem nenhum benefício.

O presidente da AMAG, Nhandoro Jorge Albino, em entrevista no âmbito desta pesquisa, desmentiu as denúncias feitas pelos populares. Afirmou que a AMAG não está a explorar nada neste momento porque a sua agremiação ainda não está legalizada, daí que não podem avançar com nenhuma acção no terreno. Disse que neste momento estão a espera do despacho do governador da província de Sofala sobre a legalização da associação.

Durante o desenvolvimento da entrevista, Nhandoro Jorge Albino chegou, no entanto, a admitir que a AMAG extrai ouro mesmo sem estar legalizada e que para tal, paga ao Serviço Distrital de Actividades Económicas de Gorongosa mil e quinhentos meticais de imposto por ano. A produção da AMAG, segundo o entrevistado, varia entre 10 a 15 gramas de ouro por mês.

Uma fonte do Serviço Distrital de Actividades Económicas, que pediu anonimato, confirmou a interdição da exploração do ouro pela AMAG mas o administrador do distrito de Gorongosa, Pedro Mussengue, contrariou esta informação afirmando que não existe nenhuma associação que foi interdita de explorar ouro em Gorongosa, porque a todos foi atribuída a senha mineira pelos Serviços Provinciais de Infra-estrutura de Sofala, documento que permite exercer a actividade.

O Serviço Provincial de Infra-estruturas de Sofala, em resposta às questões colocadas no âmbito da pesquisa através de uma carta, contradiz a versão apresentada pelo senhor Nhandoro Jorge Albino, presidente da AMAG, em relação à exploração de ouro na zona de Tsiquiri 2. Enquanto o presidente da associação alega que não está, actualmente, a explorar ouro devido ao processo de legalização, o Serviço Provincial de Infra-estruturas de Sofala indica que a exploração de ouro está a ser realizada pela associação, e que também esta paga uma taxa de 1.500,00MT/mês ao Serviço Distrital de Actividades Económicas.

A situação descrita revela uma série de falhas e contradições que exigem uma intervenção urgente do Governo. A provável exploração ilegal de ouro pela AMAG, mesmo após a interdição oficial, destaca uma falta de

aplicação efectiva da lei e de fiscalização por parte das autoridades competentes. Isso levanta questões sobre a capacidade do Governo em garantir o cumprimento das normas e proteger os recursos naturais e as comunidades locais.

Além disso, as contradições nas declarações do presidente da AMAG, Nhandoro Jorge Albino, sobre a legalização da associação e a extração de ouro sem autorização, evidenciam uma falta de transparência e coerência por parte da própria entidade responsável pela exploração. Isso sugere a necessidade urgente de medidas mais rigorosas e eficazes para combater a exploração ilegal de recursos e garantir a sustentabilidade e a equidade nas actividades mineiras.



Figura 2: Algumas imagens da exploração de ouro em Gorongosa

3. Exploração de Calcário em Chibabava

A exploração de calcário em Chibabava é feita pela empresa Clay Gravel Mining Limitada. A Clay Gravel Mining Limitada é uma empresa registada na terceira Conservatória do Registo Civil e Notariado da Beira, desde 22 de Maio de 2018, e pertencente aos sócios Sun Hui, com uma quota de 90%, e Jianqiang Gao, com uma quota de 10%. O objecto da empresa é a exploração de recursos minerais, extracção e processamento dos seus derivados com direito à importação e exportação, comercialização de calcário e seu transporte³.

Durante as entrevistas, os pesquisadores tomaram conhecimento de que a Clay Gravel Mining Limitada, tem duas linhas de processamento. Uma de extração e venda de calcário e outra de produção de gesso, que é levado para a província de Manica. Segundo fontes entrevistadas durante a pesquisa, o gesso está a ser transportado para o Zimbabwe sem licença para o efeito. A informação que o governo distrital tem é de que a empresa está numa fase de pesquisa e estruturação para a construção de uma fábrica de cimento, apurou o CIP através do administrador do distrito de Chibabava, Tomé José, e de outras fontes entrevistadas no âmbito da pesquisa. Os pesquisadores tentaram verificar a veracidade desta informação junto da empresa, mas esta não foi aberta a receber a equipa de pesquisa.

Sendo verdadeira esta informação, um dos principais riscos associados a esta situação é a possível exploração ilegal de recursos minerais, como no caso do provável transporte de gesso para o Zimbabwe sem a devida licença. Isso pode resultar em consequências legais para a empresa, incluindo multas e acções judiciais por violação das leis de exportação e regulamentações ambientais. Além disso, essa prática pode estar a gerar uma perda significativa de receitas para o Estado moçambicano, prejudicando o desenvolvimento económico e a gestão sustentável dos recursos naturais do país.

Informações fornecidas pelo Serviço Provincial de Infra-estruturas de Sofala indicam que a Clay & Gravel Mining Limitada detém a Concessão Mineira 856C para exploração de calcário no distrito de Chibabava, abrangendo uma área de 4.305,81 hectares. A validade é de 30 anos, de 18/06/2018 a 18/06/2043. Em 2023, a empresa produziu 64 mil toneladas de calcário e pagou 288.675,00MT, correspondentes ao Imposto Sobre a Produção Mineira, e 129.174,30MT, correspondentes ao Imposto Sobre a Superfície Mineira, referente ao quinto ano de exercício. Com estes valores podemos calcular o valor da produção de 7.216.875,00 MT e o preço para o cálculo do valor da produção de 112,76 MT/tonelada.

Ora, o valor de imposto de produção pago, corresponde ao valor de 7.938,56 MT, referente aos 2,75% que devem ser transferidos às comunidades, de acordo com a lei de minas. Apesar do valor ser muito baixo, olhando para o PESOE 2023, nada consta para ser transferido à Chibabava, no âmbito dessas transferências, e nem há uma justificação para tal.

Considerando a produção de 2023, de 64 mil toneladas, e utilizando o preço médio de exportação do calcário em mercados internacionais, estimado em 159 dólares americanos (USD) por tonelada⁴, e uma taxa de câmbio média de 63,9MT/USD⁵, podemos calcular um valor de produção aproximado de 650,3 milhões de MT. Isso implicaria um imposto de produção de calcário de cerca de 26 milhões de MT, aplicado a uma taxa de 4%⁶. Comparativamente ao imposto pago pela empresa em 2023, e ao preço internacional, pode-se observar que a mesma praticamente não pagou os impostos devidos. Isto é, dos 26.009.856,00MT calculados, com base no preço internacional, apenas pagou 1%, isto é, 288.675,00MT. Ver gráfico 5 abaixo.

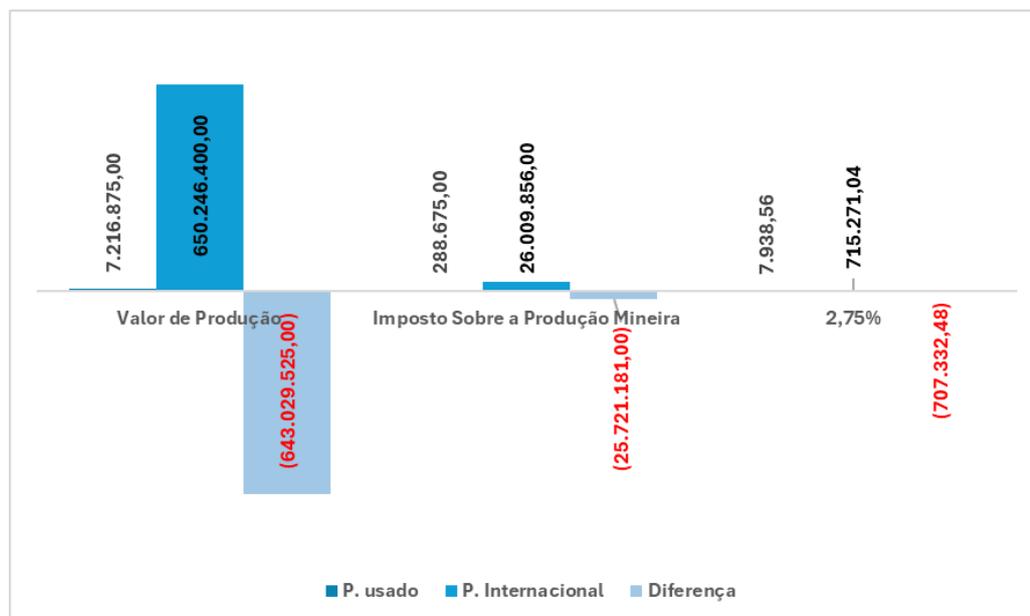
3 Boletim da República, III SÉRIE — Número 115 de 12 de Junho de 2018

4 IndexBox, Inc. (25 de Abril de 2022). *Lime and Limestone Market Report: Production, Consumption, Trends and Forecast to 2030 – IndexBox. New York*. Disponível no site: <https://www.globenewswire.com/en/news-release/2022/04/25/2428493/0/en/Lime-and-Limestone-Market-Report-Production-Consumption-Trends-and-Forecast-to-2030-IndexBox.html>. Acesso 02/04/2024

5 Banco de Moçambique (02/04/2024). *Taxas de Câmbios de Referência em Meticais - Boletim de Câmbios a Vigorar em: 02 de ABRIL de 2024 N° 065/04/24 /15H30*. Disponível no site: <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/mercados/mercado-cambial/>. Acesso 02/03/2024

6 Portal do Governo de Moçambique (18/06/2015). *Taxas e Valores a Pagar*. Disponível no site: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Empresas/Licenciamentos/Actividade-Mineira/Taxas-e-Valores-a-Pagar>. Acesso 02/04/2024

Gráfico 5: Imposto de produção pago de acordo com o preço de valorização da produção usado



Fonte: Construído com base em dados do SPI e IndexBox

Com base na simulação apresentada no gráfico 5, acima, considerando os preços de referência internacional de calcário, as comunidades teriam direito a uma transferência no valor de 715.271,04MT. Este valor poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento local. Fica assim evidente que o valor de produção pode estar a ser subestimado e com isso todos os impostos que usam este valor como base de cálculo, criando prejuízos avultados ao Estado, no geral, e às comunidades hospedeiras, em particular.

3.1 Comunidade Denuncia Promessas Falsas e Apatia do Governo na Resolução dos seus Problemas

A exploração de calcário em Chibabava revela uma série de questões preocupantes, levantadas pelas comunidades locais, em relação às promessas não cumpridas pela empresa Clay Gravel Mining Limitada. A falta de construção de um centro de saúde e uma fonte de água, prometidos durante a consulta comunitária, reflecte uma desconexão entre as expectativas das comunidades e as acções da empresa.

A comunidade do regulado de Nhaoa, no distrito de Chibabava, na zona sul da província de Sofala, denuncia promessas falsas feita pela empresa Clay Gravel Mining Limitada que explora calcário desde 2018 no seu regulado. De acordo com o substituto do régulo Nhaoa, Jone Mateus Chinhene Simbanda, em entrevista à equipa de pesquisa, aquando da consulta comunitária, a empresa Clay Gravel Mining prometeu construir um centro de saúde e uma fonte de água, mas até hoje (16/02/2024) nada foi feito. O entrevistado afirmou “estamos a assistir somente os nossos recursos a serem tirados sem nenhum ganho para as comunidades. É muito triste o que estamos a viver. Já levámos este assunto para o governo distrital mas até agora não estamos a ver nenhum resultado” (J. M. C. Simbanda, em entrevista realizada no dia 16 de fevereiro de 2024).

O substituto do régulo disse ainda que, a Clay Gravel Mining abriu uma fonte de água supostamente para a comunidade que, para além de estar no seu quintal, a gestão é feita por si. Esta situação, segundo o entrevistado, tem criado dificuldade para as comunidades terem acesso à água porque há dias em que a empresa abre depois do meio-dia, privando as comunidades do acesso ao precioso líquido. Segundo explicou o entrevistado, há dias em que a empresa só fornece água a partir das 14 horas. A situação agrava-se quando os trabalhadores da empresa estão a operar porque nestes momentos a população fica desprovida do precioso líquido dado que o sistema montado não tem capacidade para fornecer em simultâneo as duas partes. O substituto do régulo Nhaoa frisou que o desejo da comunidade é que as fontes de água sejam montadas nas comunidades, de acordo com a promessa feita pela empresa aquando da consulta comunitária.

Alguns membros da comunidade, entrevistados no regulado de Nhaboa, revelaram ter suspeitas de que alguém esteja a tirar proveitos em nome da comunidade. A suspeita surge porque dizem notar apatia por parte do governo, central, provincial e distrital para responder às suas inquietações com relação ao que descreveram como mau comportamento da empresa que explora calcário na sua comunidade. Alguns dos membros da comunidade, entrevistados, afirmaram que quando tentam reclamar perante a empresa Clay Gravel Mining, são simplesmente ignorados. Dizem-lhes que se queixem onde quiserem que eles (a empresa) não têm medo porque compraram a terra onde exploram calcário por muito dinheiro. Essa resposta, segundo os entrevistados, reforça as suas suspeitas de que alguém esteja a beneficiar-se do trabalho da empresa em nome da população de Chibabava.

O Administrador do distrito de Chibabava, Tomé José, confirma as várias promessas feitas pela empresa Clay Gravel Mining Limitada. Devido ao não cumprimento da promessa relacionada à construção do centro de saúde, o administrador do distrito disse ter sido obrigado a convocar a empresa na primeira sessão do Conselho Consultivo Distrital do presente ano (2024) para poder clarificar as razões do incumprimento da promessa. Nesta sessão, segundo explicou o administrador, a empresa prometeu, mais uma vez, iniciar com as obras do Hospital em Março de 2024.

Em relação à promessa de construção de fontes de água para as comunidades, aquando da consulta comunitária, sem avançar datas indicativas, o administrador esclareceu que a empresa prometeu água para as comunidades logo que a fábrica de cimento, que será instalada em Nhangó, começar a funcionar. A água será canalizada através do rio Búzi.

No entanto, relativamente aos benefícios que a exploração de calcário gerou para as comunidades, o administrador afirmou, sem citar números, que o único ganho visível, neste momento, são os postos de trabalho que foram criados para a população. No que diz respeito ao retorno dos impostos que a empresa paga ao Estado, isto é, os 2,75% para as comunidades que hospedam projectos extrativos, nada está a reflectir no orçamento do governo distrital, e nem sabe quanto a empresa canaliza para o Estado.

A equipa de pesquisa procurou contactar o representante da empresa em Moçambique, Sérgio Brondalo. No entanto, depois de tantos adiamentos, acabou dizendo que os pesquisadores poderiam escrever o que constataram no terreno que não haveria nenhum problema. Recusou-se, assim, a dar a versão da empresa sobre os factos arrolados.

A situação descrita acarreta riscos para a estabilidade da região. São os casos de falta de confiança, pelas comunidades, nas empresas e no governo local o que pode resultar num potencial para conflitos sociais e políticos. A não realização das promessas feitas pela empresa pode levar a um aumento da insatisfação e da tensão entre as partes envolvidas, resultando em protestos, bloqueios de actividades da empresa e até mesmo a violência física opondo os membros da comunidade aos representantes da empresa. A suspeita de corrupção e de exploração de recursos naturais em benefício próprio pode minar a credibilidade das instituições locais e prejudicar ainda mais o desenvolvimento da região.

Para mitigar esses riscos, é crucial que a empresa Clay Gravel Mining cumpra com as suas promessas e estabeleça uma comunicação transparente e honesta com as comunidades afectadas. Isso inclui a construção do centro de saúde, a gestão adequada da fonte de água existente e a perfuração de uma fonte de água para a comunidade, conforme prometido durante a consulta comunitária. Além disso, é fundamental que o governo local garanta, de forma eficaz, o cumprimento das leis e dos regulamentos, investigando quaisquer suspeitas de corrupção ou exploração ilegal dos recursos naturais e/ou exploração da mão de obra local. A promoção do diálogo entre todas as partes interessadas e a busca por soluções colaborativas e justas também são essenciais para evitar conflitos e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo na região.

3.2 Despedimentos sem Justa causa

No regulado de Nhaboa, no distrito de Chibabava, alguns populares entrevistados disseram que os seus filhos estão a ser despedidos da empresa Clay Gravel Mining sem justa causa. Afirmaram ser normal alguém trabalhar duas ou três semanas e depois perder o emprego. Denunciaram o facto de grande parte dos trabalhadores não ter um contrato escrito e nem equipamento de higiene e segurança no trabalho. Tentativas para obter a reacção dos gestores da empresa mostraram-se inúteis dado o fechamento da empresa para responder às questões dos pesquisadores.

A equipa de pesquisa apurou no local que as pessoas estão a trabalhar porque não têm outro meio para sustentar

as suas famílias. Trabalham sem contratos de trabalho, daí que muitos nem conhecem o nome da empresa onde trabalham. Soube também que há despedimentos massivos sem justa causa.

Com relação ao equipamento de protecção no local de trabalho, os pesquisadores testemunharam este facto. Dois segurancas que estavam afectos no dia 17/02/2024 estavam a trabalhar sem fardamento adequado, capacetes e máscaras. Traziam roupas pessoais no posto de trabalho a inalarem toda a poeira do calcário. Um estudo realizado na Zâmbia mostra que o pó de calcário está associado ao aumento da prevalência de problemas respiratórios. Os trabalhadores da produção de calcário investigados na produção da Zâmbia apresentavam um risco relativo, significativamente aumentado, de tosse diurna e nocturna e tosse com expectoração⁷.

Questionado, o administrador do distrito de Chibabava, Tomé José, referiu não ter muita coisa a falar uma vez não ter poder para fiscalizar esta parte. Adiantou ter já notificado o sector de trabalho em Sofala para uma inspecção à empresa.

As denúncias de despedimentos sem justa causa e condições precárias de trabalho destacam um ambiente laboral preocupante na empresa. A falta de contratos de trabalho e equipamento de protecção adequado expõe os trabalhadores a riscos desnecessários e violações dos seus direitos laborais.

Sem confirmar ou refutar a denuncia dos trabalhadores, em resposta a uma carta, o Serviço Provincial de Infra-estruturas de Sofala, no âmbito desta pesquisa, afirmou que não recebeu informações oficiais sobre possíveis despedimentos de trabalhadores sem justa causa na Empresa Clay & Gravel Mining Limitada.

4. 72 anos de exploração de calcário em Muanza sem benefícios tangíveis para a comunidade hospedeira

A exploração de calcário em Muanza pela empresa Cimentos de Moçambique S.A.R.L., detentora da Concessão Mineira 591C,SA, com validade de 28/11/2003 a 28/11/2031, a operar em Moçambique a mais de 72 anos, é marcada por números impressionantes. Exploração de uma área de cerca de 3.340 hectares, uma reserva inicial estimada em 37 milhões de toneladas, uma produção que ultrapassou 64 mil toneladas em 2022⁸. No entanto, o que deveria ser uma fonte de prosperidade para a comunidade hospedeira tornou-se num ponto de preocupação e indignação. O Governo não canaliza os 2,75% do imposto de produção proveniente dessa exploração, levantando questões sobre a justiça social, a transparência e a responsabilidade corporativa.

As comunidades locais, ao longo desses anos, não sentiram os benefícios tangíveis dessa exploração. A falta de infra-estrutura básica, os altos preços do cimento produzido localmente, os impactos ambientais e as dificuldades de emprego são apenas alguns dos problemas enfrentados pela população.

4.1 Estado perde mais de 24 milhões de MT só em imposto sobre a produção mineira da Cimentos de Moçambique em Muanza

Segundo dados do INAMI de 2022, a produção anual da Cimentos de Moçambique em Muanza atingiu cerca de 64 mil toneladas, uma quantidade significativa em relação ao plano inicial de 100 mil toneladas anuais. No entanto, mesmo diante dessa produtividade impressionante, as comunidades locais aguardavam melhorias substanciais em seus desafios cotidianos relacionados à exploração.

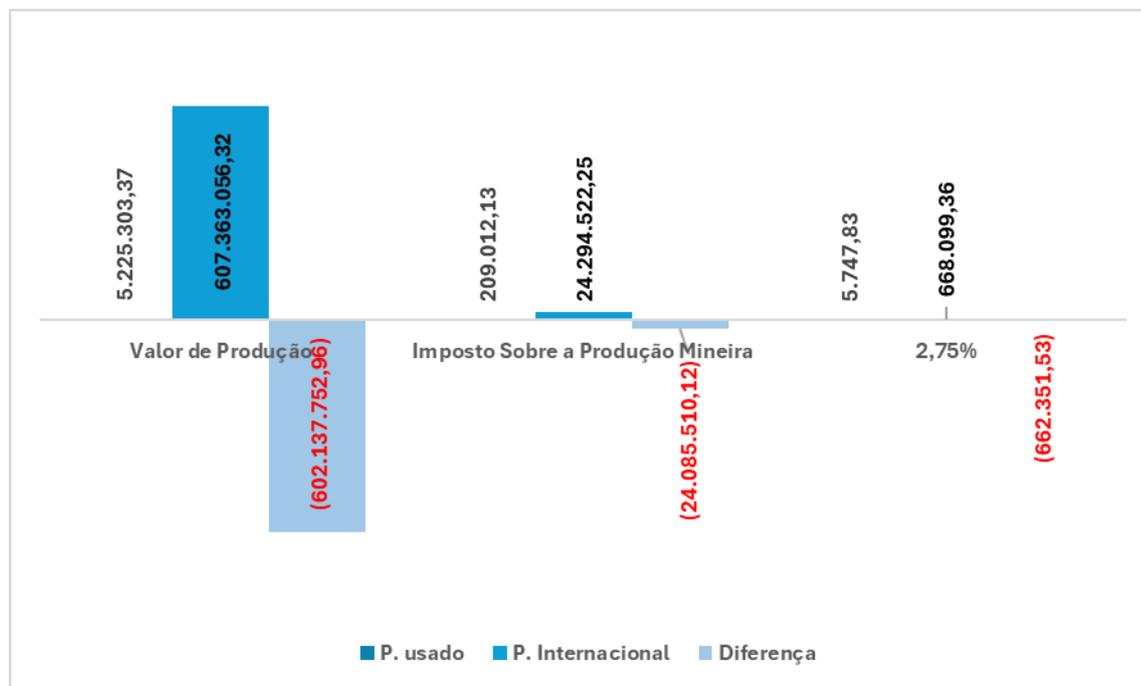
Junto ao Serviço Provincial de Infra-estruturas de Sofala, apurou-se que em 2023 a Cimentos de Moçambique S.A.R.L., efectuou o pagamento de 209.006,58MT, correspondentes ao Imposto Sobre a Produção Mineira, e 204.171,60MT, referentes ao Imposto Sobre a Superfície Mineira, ambos referentes ao 20º ano de exercício em Muanza. Estes valores correspondem a uma produção de 59.779,24 toneladas de calcário. Com estes dados, é possível calcular o valor da produção de calcário em 2023, que foi de 5.225.164,50MT, e o preço usado para o cálculo do valor da produção, que foi de 87,41MT/tonelada.

7 Bwalya, D. et al. (2011). *Chronic Respiratory Symptoms Among Workers at a Limestone Factory in Zambia*. Archives of Environmental & Occupational Health, 66(1), 47–50. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19338244.2010.506498>. Acesso: 16/04/2024

8 Jornal Notícias (8/12/2021). *Entre Muanza e Dondo: Retomado transporte de calcário*. Disponível no site: <https://jornalnoticias.co.mz/economia/entre-muanza-e-dondo-retomado-transporte-de-calcario/>. Acesso 2/04/2024

Considerando a produção de 2023, de 59.779,24 toneladas, e utilizando o valor médio de exportação do calcário usado no mercado internacional, estimado em 159 dólares americanos (USD) por tonelada⁹, e uma taxa de câmbio média de 63,9MT/USD¹⁰, podemos estimar um valor de produção aproximado de 607 milhões de MT. Isso implicaria um imposto de produção de calcário de cerca de 24 milhões de MT, aplicado a uma taxa de 4%¹¹. Este valor é de longe diferente do valor efectivamente pago pela empresa, 209.006,58MT, o que levanta dúvidas sobre os preços de referência praticados na produção nacional, que podem estar a criar prejuízos avultados ao Estado. Ver gráfico abaixo:

Gráfico 6: Imposto de produção pago de acordo com o preço de valorização da produção usado



Fonte: Construído com base em dados do SPI e IndexBox

No Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para os anos de 2022, 2023 e 2024, não foi encontrada nenhuma indicação de transferência de 2,75% do imposto de produção para as comunidades de Muanza. Isso sugere que apesar da lei de minas prever transferências às comunidades que hospedam projectos extractivos, o Governo ignora as comunidades de Muanza por alguma razão que não é de domínio público.

Questionado o governo do distrito de Muanza, na pessoa de Teodoro Issa, director do Serviço Distrital de Actividades Económicas, neste caso na qualidade do porta-voz do governo local, em relação aos impostos que a Cimentos de Moçambique canaliza ao Estado mensalmente pela exploração de jazigo de calcário, respondeu que nunca se refletiu em Muanza, confirmando os dados verificados no PESOE.

A falta de transferência do imposto de produção para as comunidades de Muanza levanta preocupações significativas sobre a justiça social, transparência, responsabilidade corporativa e cumprimento da legislação, destacando a necessidade de abordar essas questões de forma eficaz para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo nas áreas afectadas pela exploração.

9 IndexBox, Inc. (25 de Abril de 2022). *Lime and Limestone Market Report: Production, Consumption, Trends and Forecast to 2030* – IndexBox. New York. Disponível no site: <https://www.globenewswire.com/en/news-release/2022/04/25/2428493/0/en/Lime-and-Limestone-Market-Report-Production-Consumption-Trends-and-Forecast-to-2030-IndexBox.html>. Acesso 02/04/2024

10 Banco de Moçambique (02/04/2024). *Taxas de Câmbios de Referência em Meticais - Boletim de Câmbios a Vigorar em: 02 de ABRIL de 2024 N° 065/04/24 /15H30*. Disponível no site: <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/mercados/mercado-cambial/>. Acesso 02/03/2024

11 Portal do Governo de Moçambique (18/06/2015). *Taxas e Valores a Pagar*. Disponível no site: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Empresas/Licenciamentos/Actividade-Mineira/Taxas-e-Valores-a-Pagar>. Acesso 02/04/2024

4.2 Comunidades sem benefícios tangíveis da exploração do calcário

As preocupações e críticas da população sobre a falta de benefícios tangíveis da exploração do calcário estendem-se para além da esfera fiscal. Alguns membros da comunidade, entrevistados, expressaram perplexidade diante da ausência de infra-estrutura básica, como uma morgue no distrito, e a condição deplorável da estrada principal que conecta Muanza a Dondo. Esses questionamentos ressaltam a discrepância entre as expectativas geradas pelos ganhos potenciais da exploração do calcário e a realidade enfrentada pelas comunidades locais.

Os moradores criticaram, também, a disparidade entre a extração de calcário na região e a comercialização do cimento a preços elevados, atingindo 650,00MT o saco de 50kg. Eles argumentam que, dado o processo de produção local do cimento, este deveria ser subsidiado para facilitar a construção de moradias adequadas para as comunidades, que continuam a viver em casas e condições precárias apesar da riqueza mineral evidente na região. Compararam, também, os preços praticados em outros locais onde a empresa opera, como é o caso da província de Maputo, onde o cimento custa cerca de 460,00MT o saco de 50kg.

Além disso, a população denunciou os impactos ambientais negativos resultantes da exploração, incluindo a poeira gerada pelo transporte do calcário, que prejudica a saúde das comunidades e afecta a produção agrícola local. A imposição de restrições à prática agrícola em áreas de produção também gerou críticas e preocupações entre os moradores.

No âmbito do emprego, os entrevistados relatam como difícil e quase impossível pelos moradores locais. A dificuldade em obter contratos sazonais com a empresa Cimentos de Moçambique é agravada pela falta de transparência nesse processo.

Contactado o governo do distrito de Muanza, na pessoa de Teodoro Issa, director do Serviço Distrital de Actividades Económicas, neste caso na qualidade do porta-voz do governo local, corroborou as preocupações da população, destacando a ausência de benefícios concretos para o distrito decorrentes da exploração do calcário pela empresa. Essa falta de retorno visível, segundo o entrevistado, contrasta com as expectativas de desenvolvimento e investimento social esperadas pela comunidade.

Teodoro Issa disse que não é isso que esperava para Muanza com a exploração de jazigo de calcário. Esperava ver um distrito com um desenvolvimento aceitável. Referiu que já foram feitos vários pedidos para a Cimentos de Moçambique construir uma morgue. Em resposta, a empresa comprou ar condicionado e instalou num compartimento da unidade sanitária local para servir de morgue.

Teodoro Issa fez saber, também, que o governo do distrito de Muanza solicitou à Cimentos de Moçambique para montar a sua sucursal no distrito para a comercialização de cimento a um preço bonificado, considerado que o cimento praticamente sai de Muanza. Isto iria facilitar às comunidade a construir casas de alvenaria. Segundo explicou, a resposta da empresa foi positiva mas o cimento seria vendido para a população a 580,00MT, o saco de 50kg, contra os actuais 600,00MT a 650,00MT. O governo de Muanza não concordou com a proposta dada considerando o poder de compra das comunidades e fez uma contraposta para que a venda de cimento fosse de 400,00MT o saco, proposta não aceite pela Cimentos de Moçambique alegadamente porque não iria compensar no custo de transporte.

A recusa da empresa Cimentos de Moçambique pode estar relacionada com o facto de a produção local poder incorrer a altos custos de transporte para os mercados principais apesar de localmente, sem os custos de transporte e outros custos de transação o preço poder estar abaixo do praticado em Maputo. Este mercado pode não justificar a criação de uma fabrica.

O porta voz do governo de Muanza fez-nos saber que já tinham feito vários pedidos, no quadro da responsabilidade social, para a reabilitação de algumas infra-estruturas. Entretanto até hoje nada aconteceu. Referiu que existe muita burocracia para falar com os gestores da empresa Cimentos de Moçambique, daí que tem sido difícil uma convivência sã com a empresa.

No quadro da responsabilidade social, o porta-voz do governo referiu que a empresa Cimentos de Moçambique repôs as chapas de zinco e a pintura da Secretaria Administrativa da Localidade de Muanza Sede, que tinha ficado danificada pelo ciclone Idai, instalaram energia de painel solar e gradearam o Centro de Saúde de Pedreira.

Essa divergência de informações levanta questões sobre a transparência e o monitoramento efectivo das actividades de exploração mineral, destacando a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso, por parte das autoridades competentes, para garantir a conformidade com as regulamentações e a contribuição efectiva para o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental.



Figura 3: Algumas imagens da exploração de Calcário em Sofala

5. Conclusão

A mineração de ouro em Gorongosa e a exploração de calcário em Muanza e Chibabava são actividades que enfrentam uma série de desafios. A falta de transparência nos dados de produção de ouro, a fiscalização deficiente na exploração mineral, as contribuições inadequadas para os cofres públicos e a falta de canalização dos impostos para as comunidades hospedeiras são questões críticas que exigem atenção urgente das autoridades competentes.

No contexto da mineração de ouro em Gorongosa, observámos lacunas significativas na transparência e precisão dos dados de produção, levantando dúvidas sobre a eficácia da fiscalização e da tributação nesse sector. A disparidade entre a produção reportada e a quantidade de ouro vendida indica possíveis inconsistências nos registos e na condução das actividades comerciais, o que ressalta a necessidade de auditorias mais rigorosas e transparência nas operações das empresas mineradoras.

Além disso, a fiscalização deficiente na exploração de ouro em Tsiquiri 2 destaca a falta de aplicação efectiva da lei e a protecção inadequada dos recursos naturais e das comunidades locais. A possível exploração ilegal de ouro pela Associação dos Mineradores Artesanais de Gorongosa, mesmo após a interdição oficial, revela uma lacuna na fiscalização por parte das autoridades competentes, exigindo medidas mais rigorosas para combater essa prática.

No que diz respeito à exploração de calcário em Muanza e Chibabava, a falta de canalização dos impostos para as comunidades hospedeiras levanta preocupações sobre a justiça social e a transparência. A ausência de benefícios tangíveis para as comunidades locais, como infra-estrutura adequada, emprego e preços acessíveis do cimento produzido localmente, para além dos problemas ambientais que condicionam a prática da agricultura, destaca a necessidade de uma abordagem mais equitativa e sustentável na gestão dessas actividades mineradoras.

5.1 Recomendações

Diante desses desafios, é fundamental que as autoridades competentes adoptem medidas eficazes para garantir uma fiscalização mais rigorosa (na exploração e na contratação de mão de obra local), transparência nos dados e contribuições justas para os cofres públicos. Além disso, é crucial canalizar adequadamente os impostos para as comunidades hospedeiras e garantir que os benefícios da exploração mineral sejam compartilhados de forma equitativa e sustentável. Somente assim pode-se promover um desenvolvimento socioeconómico inclusivo e responsável nessas regiões mineradoras.

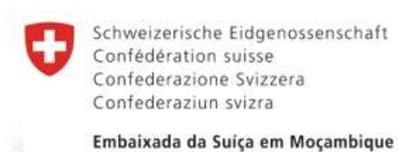
Especificamente recomenda-se :

1. **INAMI**: que fiscalize a actividade mineira no terreno, faça o seguimento dos padrões e regras de exploração mineira, concretamente na questão das licenças e de normas das actividades;
2. **AT**: fiscalize a produção versus os preços praticados e a qualidade da produção declarada;
3. **Inspeção geral de Trabalho**: fiscalizar as questões contratuais da mão de obra local, segurança no trabalho, disponibilização de equipamento de trabalho e segurança social;
4. **Serviços de Saúde**: monitorar a ocorrência de doenças respiratórias na população residente na proximidade das áreas de exploração e dos trabalhadores; e
5. **Ambiente**: fazer a inspeção de impactos ambientais.

6. Referências

- Autoridade Tributária de Moçambique (Abril de 2024). Boletim Mensal de Preços de Referência (BMPR) do mês de Abril de 2024. Disponível no site: <https://www.at.gov.mz/>. Acesso 03/04/2024
- Banco de Moçambique (29/12/2023). Taxas de Câmbios de Referência em Meticais - Boletim de Câmbios a Vigorar em: 29 de Dezembro de 2023 N° 249/04/23 /15H30. Disponível no site: <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/mercados/mercado-cambial/>. Acesso 02/03/2024
- Boletim da República, III SÉRIE — Número 115 de 12 de Junho de 2018
- Bwalya, D. et al. (2011). Chronic Respiratory Symptoms Among Workers at a Limestone Factory in Zambia. Archives of Environmental & Occupational Health, 66(1), 47–50. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19338244.2010.506498>. Acesso: 16/04/2024
- Hubert, D. (2017). Muitas Maneiras de Perder um Bilhão - Como os Governos Não Conseguem Garantir uma Partilha Justa dos Recursos Naturais. Versão Portuguesa suportado pelo CIP parceiro de PWYP em Moçambique. Disponível no site: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/05/31/muitas-maneiras-de-perder-um-bilhao/>. Acesso dia 02/04/2024
- Hubert, D. (2017). Muitas Maneiras de Perder um Bilhão - Como os Governos Não Conseguem Garantir uma Partilha Justa dos Recursos Naturais. Versão Portuguesa suportado pelo CIP parceiro de PWYP em Moçambique. Disponível no site: <https://www.cipmoz.org/pt/2020/05/31/muitas-maneiras-de-perder-um-bilhao/>. Acesso dia 02/04/2024
- IndexBox, Inc.(25 de Abril de 2022). Lime and Limestone Market Report: Production, Consumption, Trends and Forecast to 2030 – IndexBox. New York. Disponível no site: <https://www.globenewswire.com/en/news-release/2022/04/25/2428493/0/en/Lime-and-Limestone-Market-Report-Production-Consumption-Trends-and-Forecast-to-2030-IndexBox.html>. Acesso 02/04/2024
- IndexBox, Inc.(25 de Abril de 2022). Lime and Limestone Market Report: Production, Consumption, Trends and Forecast to 2030 – IndexBox. New York. Disponível no site: <https://www.globenewswire.com/en/news-release/2022/04/25/2428493/0/en/Lime-and-Limestone-Market-Report-Production-Consumption-Trends-and-Forecast-to-2030-IndexBox.html>. Acesso 02/04/2024
- Jornal Noticias (8/12/2021). Entre Muanza e Dondo: Retomado transporte de calcário. Disponível no site: <https://jornalnoticias.co.mz/economia/entre-muanza-e-dondo-retomado-transporte-de-calcario/>. Acesso 2/04/2024
- Portal do Governo de Moçambique (18/06/2015). Taxas e Valores a Pagar. Disponível no site: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Empresas/Licenciamentos/Actividade-Mineira/Taxas-e-Valores-a-Pagar>. Acesso 02/04/2024
- Rentala, J. & Ali, T (2021). Policy Brief - Mineração artesanal de ouro: De operações clandestinas a uma contribuição para o desenvolvimento local. Disponível no site: <https://www.peacemakersnetwork.org/wp-content/uploads/2022/08/artisanal-gold-mining-policy-brief-portuguese-vers.pdf>. Acesso 02/04/2024
- World Bank (2/03/2024). World Bank Commodities Price Data (The Pink Sheet). Disponível no site: <http://www.worldbank.org/commodities>. Acesso 03/04/2024

Parceiros:



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos

